

Você Vota. A Gente Faz.

NOSSO VOTO

Um mês de lutas e comemorações

Projeto para reajuste do salário mínimo

O líder do PPS na Câmara, deputado Júlio Delgado apresentou dois projetos que indicam fontes de financiamento para o aumento do salário mínimo. A proposta é garantir um reajuste extraordinário já no segundo semestre.

Página 02

CPI da BR-040

A Câmara dos Deputados pode instalar uma CPI para fiscalizar o cumprimento do contrato de concessão rodoviária da BR-040, no trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro. A iniciativa é do líder do PPS, deputado Júlio Delgado.



Página 03



Liderança Nacional

O líder do PPS na Câmara, deputado Júlio Delgado, manteve encontro com o governador do Mato Grosso Blairo Maggi para discutir a conjuntura política nacional e o papel da bancada no Congresso.

Página 04

Defesa Civil

O deputado Júlio Delgado apresentou, em audiência com o ministro Ciro Gomes, projetos para reconstrução de casas atingidas pelas últimas chuvas.



Página 04

Dia do Trabalho

No dia 1º de maio, comemoramos o Dia do Trabalho, que, infelizmente, não pôde ser tão festivo como gostaríamos. Temos uma grande parcela de trabalhadores fora do mercado de trabalho. Por isso, nossa grande luta no Congresso e nas reuniões de líderes com o Governo tem sido alertar para a necessidade de se investir em infra-estrutura e alavancar o desenvolvimento. Precisamos gerar novos postos de trabalho e estamos atentos, brigando, por exemplo, para aumentar os recursos para recuperação das estradas.

Salário Mínimo

Em maio, também, tivemos o anúncio do novo salário mínimo. Apesar de atuarmos na base do Governo, não concordamos com a decisão da equipe econômica. Não concordamos e partimos para criar alternativas, apresentando dois projetos de lei que visam garantir um aumento real do mínimo, beneficiando diretamente mais de 45 milhões de trabalhadores.

Dia das Mães

Mais do que apenas comemorarmos, o Dia das Mães é o momento de refletirmos sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. O Congresso Nacional estabeleceu 2004 como o Ano da Mulher no Brasil, com o objetivo de elaborar leis que acabem com a discriminação e contribuam para garantir a igualdade entre os sexos.



Como líder do meu partido, reafirmo o compromisso de trabalhar pelos direitos da mulher, porque estou convencido de que o desenvolvimento pleno de nosso país depende da participação das mulheres, em igualdade com os homens.

Aniversário de Juiz de Fora

Homenageio a minha querida Juiz de Fora, que neste mês de maio de 2004 comemora 154 anos de fundação. Uma cidade que ao longo deste período, cresceu, e continua crescendo, com qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Juiz de Fora que tem como maior patrimônio essa gente valorosa. Gente que ama esta cidade e que trabalha para fazê-la um lugar ainda melhor de se viver.

Júlio Delgado

Cidades atingidas pelas chuvas recebem recursos federais para reconstrução de casas

Numa negociação direta com o Ministro da Integração Nacional **Ciro Gomes**, o deputado federal **Júlio Delgado** conseguiu a liberação de recursos para a reconstrução de casas destruídas pelas últimas chuvas.

Na lista divulgada pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério das Cidades estão quatro cidades da Zona da Mata: **Juiz de Fora**, **Matias Barbosa**, **Coronel Pacheco** e **Santa Bárbara do Monte Verde**.

Os recursos foram divididos em três etapas, com início dos pagamentos em março. A construção de cada casa foi orçada em R\$ 6.467,52 e como Juiz de Fora foi a cidade mais afetada,

o montante a ser reapassado alcançou R\$ 452.726,40.

Para o prefeito de Juiz de Fora, **Tarcísio Delgado**, a intervenção do deputado foi fundamental para agilizar o processo. "É sempre bom para uma cidade poder contar com o trabalho de um deputado que tem compromisso sincero com as pessoas que o elegeram", afirmou o prefeito.

Em reunião com o ministro da Integração Nacional **Ciro Gomes**, o deputado **Júlio Delgado** salientou a importância da ajuda federal para acelerar a reconstrução dos locais afetados e diminuir o sofrimento das famílias atingidas pelas chuvas.



*O ministro da Integração Nacional **Ciro Gomes** e o líder do PPS **Júlio Delgado** têm mantido encontros periódicos para discutir assuntos relacionados à Pasta e os projetos prioritários do Governo Federal*

Júlio Delgado cobra direitos dos ferroviários

O deputado **Júlio Delgado** ocupou a tribuna da Câmara durante a sessão solene em homenagem aos 150 anos da ferrovia no Brasil. Como líder do PPS, **Júlio Delgado** cobrou que os direitos dos milhares de ferroviários, desempregados desde o fim da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), sejam atendidos pelo governo. São questões de aposentadorias, indenizações trabalhistas e previdenciárias que esses trabalhadores precisam ver resolvidas, ressaltou.

Para **Júlio Delgado**, a necessidade de melhorar as estradas de ferro brasileiras não pode ser sobreposta ao cumprimento dos direitos trabalhistas. Os ferroviários que precisam ser atendidos em suas reivindicações representam mão-de-obra capacitada para levar adiante esse desafio a ser enfrentado pela economia do país, assinalou o deputado.

Júlio Delgado condenou que a malha ferroviária brasileira, na onda de privatizações que atingiu o país, tenha sido vendida a preços aviltantes. E embora as compradoras tivessem assumido o compromisso de modernizar e ampliar sua ação, quase nada disso se conseguiu fazer.



"Nossa primeira ferrovia está completando 150 anos de existência. E o faz, é lamentável dizer, num clima mais de desalento que de euforia".

Júlio Delgado



*Deputado **Geraldo Resende**, **Júlio Delgado**, Governador **Blairo Maggi** e deputado **César Silvestri***

Júlio Delgado visita governador do Mato Grosso

O líder do PPS na Câmara, deputado federal **Júlio Delgado**, tem realizado diversas visitas a lideranças nacionais do partido. Em março, ele esteve no Mato Grosso, em audiência com o governador **Blairo Maggi**. O encontro teve como objetivo estreitar o relacionamento entre a bancada federal e o governo estadual. De acordo com **Júlio Delgado**, a conversa girou em torno de questões partidárias e relacionamento entre o Governo do Mato Grosso e o Governo Federal.

Como líder do PPS, **Júlio Delgado** tem procurado integrar todas as esferas do partido, discutindo pessoalmente com seus nomes de maior destaque a conjuntura política nacional, consciente da responsabilidade de comandar um dos principais partidos da base de sustentação do governo Lula. Durante o encontro, que teve a participação dos deputados federais **Geraldo Resende** e **César Silvestri**, o governador **Blairo Maggi** afirmou estar em sintonia com as propostas do líder **Júlio Delgado** e comprometido com o fortalecimento da bancada federal e do partido.

PPS é vanguarda na discussão de temas nacionais

O líder do PPS na Câmara, deputado federal Júlio Delgado, avaliou como de vanguarda a iniciativa do partido de propor um pacto em torno do combate à violência no País. "Nos pautamos pelos temas que interessam à população brasileira", destacou Júlio Delgado.

Para ele, a ausência do poder público, principalmente, nas comunidades mais carentes, tem contribuído para o agravamento do clima de insegurança e instabilidade. "Vimos isso no enterro do traficante Lulu, cuja comoção atingiu parte da população da Rocinha".

Em abril, o PPS, reunido em Brasília, divulgou documento pedindo também mudanças no atual modelo econômico adotado pelo governo Lula. "Só uma ampla união de forças políticas pode retirar o País da relativa paralisia em que vive atualmente", sugeriu a resolução.

Júlio Delgado ressalta que o partido foi pioneiro ao realizar debates sobre as reformas da Previdência, Tributária e Política. Atualmente, informou o líder, a bancada também vem debatendo, com maturidade, outras questões nacionais importantes, como a demarcação de terras indígenas em Rondônia e Roraima.



Júlio Delgado dirige reunião da bancada do PPS na Câmara dos Deputados

Salário Mínimo

Proposta de Júlio Delgado permite reajuste extraordinário no 2º semestre

O líder do PPS na Câmara, deputado Júlio Delgado, apresentou dois projetos de lei que visam à redistribuição de renda e à retomada do crescimento, como meios de prever recursos para um real aumento do valor do salário mínimo. Para Júlio Delgado, não adianta promover um debate sobre o novo mínimo baseado num autêntico "quem-dá-mais". "Resumir a questão apenas à quantificação do mínimo é uma forma leviana de impedir que a discussão aconteça baseada em propostas viáveis", definiu.

"Nossas propostas vão beneficiar pelo menos 45 milhões de trabalhadores que dependem do salário mínimo no Brasil."

Júlio Delgado

Uma das propostas aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 9% para 18% para as empresas do setor financeiro, como uma maneira eficaz, de acordo com o líder do PPS, de aumentar a arrecadação de quem tem capacidade contributiva. É preciso acabar com o tratamento privilegiado dado aos bancos pelo governo FHC, declarou, ao salientar que as classes média e baixa do país vêm sofrendo com um aumento dos tributos, enquanto instituições financeiras têm, proporcionalmente, um ônus menor sobre seus rendimentos.

O outro projeto extingue a dedução de juros sobre o capital próprio da pessoa jurídica. Ele argumenta que os rendimentos de capital são privilegiados pela legislação do Imposto de Renda, em detrimento dos rendimentos do trabalho.

"Tem todo o meu apoio o deputado Júlio Delgado e, se necessário, vou mobilizar os trabalhadores para ajudá-lo a aprovar as propostas".

Presidente da Frente Sindical de São Paulo,
Francisco Pereira da Silva

Confira, ponto a ponto, os projetos de Júlio Delgado:

Projeto de Lei 3441/2004:

Proposta:

-Aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 9% para 18% para as empresas do setor financeiro.

Conseqüências:

- 1) Aumenta a arrecadação de empresas financeiras, que têm capacidade contributiva mas que, em pouco mais de cinco anos, tiveram aumento de lucro de 180% e impostos reduzidos em 50%;
- 2) Com o aumento da arrecadação, o governo - após aprovada a nova lei e decorrido o período da noventena - já poderia utilizar os recursos advindos da medida para dar um novo reajuste ao mínimo, extraordinariamente, no segundo semestre de 2004;
- 3) Com um aumento maior para o salário mínimo, há o crescimento da demanda no comércio e na indústria e, consequentemente novos empregos são gerados, num efeito multiplicador, já que as classes média e baixa são responsáveis por 82% do PIB nacional;
- 4) Redistribuição de renda e retomada do crescimento;
- 5) Retomada dos princípios constitucionais, que pressupõem uma tributação isonômica e progressiva.

Projeto de Lei 3442/2004:

Proposta:

- Revogar a dedutibilidade para fins do Imposto de Renda Pessoa Jurídica dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio.

Conseqüências:

- 1) Acaba com os privilégios dados às empresas, que se beneficiam de deduções que reduzem a massa de rendimentos tributáveis;
- 2) Aumenta, consequentemente, a arrecadação do governo;
- 3) Restitui o tratamento tributário isonômico dos rendimentos de capital e do trabalho.

Expediente

O Jornal Nosso Voto é editado pelo gabinete do
Deputado Federal Júlio Delgado - www.juliodelgado.com.br

Jornalista Responsável: Paulo César Marques - pcmarques@pps.org.br

Diagramação: Elza Vandanezi Brasil

Deputado condena reajuste de Planos de Saúde

O lobby exercido pelas empresas de planos de saúde é tão poderoso que impede a implantação de medidas que garantam uma fiscalização mais rápida e eficiente, além de conquistar reajustes de mensalidades superiores aos índices inflacionários e muito maiores que o aumento concedido ao salário mínimo, declarou o deputado Júlio Delgado em pronunciamento na Câmara.

Na sua opinião, é necessário que o Congresso Nacional aperfeiçoe a legislação existente para proteger o usuário. No ano passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou a prestação de serviços de planos de saúde e elaborou um Projeto de Lei Complementar encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família, em fevereiro deste ano, que até hoje continua sem sequer ter seu relator indicado.

Não podemos adiar por mais tempo esta discussão, ressaltou Júlio Delgado ao citar que 21% da população brasileira, ou cerca de 40 milhões de pessoas, recorrem aos serviços dos planos de saúde. O faturamento das 2.304 empresas do setor chegou, em 2002, a R\$ 23 bilhões, quase o mesmo valor que dispõe o Sistema Único de Saúde (SUS) para atender quatro vezes mais usuários.

"Além de conviver com a carência médico-hospitalar do setor público, o cidadão brasileiro precisa pagar mensalidades exorbitantes para suprir aquilo que cabe ao estado oferecer. Por isso, é necessário posições firmes e realmente eficazes por parte do governo", disse o líder do PPS na Câmara dos Deputados.

Autonomia das agências reguladoras

Por iniciativa do líder do PPS, deputado federal Júlio Delgado, a bancada vai apresentar emendas ao projeto de lei que estabelece normas de funcionamento para as agências reguladoras no País.

O PPS quer manter a independência das agências, que além de conferir ao mercado estabilidade de regras, reduz a percepção do risco político associado ao investimento no País.

De acordo com Júlio Delgado, o segundo ponto de preocupação é a possibilidade de substituição dos diretores-gerais dos órgãos reguladores no segundo ano do mandato do Presidente da República. "Vamos apresentar emenda criando estabilidade de cinco anos para a diretoria e determinando que as substituições sejam realizadas de maneira alternada".

A bancada também quer mudanças no funcionamento das ouvidorias e defende uma quarentena de um ano para os ex-dirigentes das reguladoras.

Júlio Delgado quer CPI para investigar concessionária da BR-040

O líder do PPS na Câmara, deputado Júlio Delgado está propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os fatos ocorridos no período de 1997 a 2003, referentes ao Plano de Exploração da rodovia BR-040, por descumprimento do contrato de concessão.

Para justificar a criação da CPI, Júlio Delgado utilizou a reportagem publicada no jornal Tribuna de Minas (02/05/04), com denúncias sobre as inexecuções contratuais da Concer no trecho pedagiado da BR-040.

"A Constituição Federal estabelece que a abertura de CPI deve ser requerida em cima de um fato determinado. A matéria da Tribuna é suficiente para embasar o pedido. O que nós estamos vendo é uma verdadeira suspeição do cumprimento do contrato de concessão. A reportagem também é um instrumento importante dentro do processo que a Câmara votará e que discute o papel das agências



O trecho pedagiado da BR-040 tem a segunda tarifa mais cara do Brasil

reguladoras", assegurou Júlio Delgado.

Por causa do desempenho da Concer no ano passado, que obteve o pior índice de avaliação pelos usuários, e dos atrasos no cronograma de obras o deputado já havia enviado ao Ministério dos Transportes um Pedido de Informação sobre o contrato.

"Como não houve resposta e as divergências entre o previsto e o

efetivamente realizado pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer) somam R\$ 115 milhões, decidi pela instalação da CPI, que vai permitir fiscalizar a aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado, explicou Júlio Delgado.

Neste trecho privatizado da BR-040 circulam, diariamente, mais de 50 mil veículos, que pagam a segunda tarifa de pedágio mais cara do Brasil.

Câmara aprova aumento de recursos para estados

Um acordo entre partidos, com a participação do líder do PPS na Câmara, deputado Júlio Delgado, garantiu a aprovação do projeto que estabeleceu o aumento de 25% para 29%, no percentual de repasse da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aos Estados.

O Governador de Minas Gerais Aécio Neves reconheceu a importância de Júlio Delgado na elaboração do acordo, e disse que a elevação do percentual dos estados para 29% atende reivindicação dos governadores contra o desconto de parte dos repasses da Cide para abater dívidas com a União.

De acordo com o deputado Júlio Delgado, o abatimento deve ser feito porque não há como deixar de



Líderes fazem acordo para aumentar o repasse da Cide aos estados

considerar o repasse da Cide uma receita líquida dos estados, e a dívida é paga em função desta receita.

Com a elevação do percentual do repasse, as dívidas serão pagas e os

estados terão mais recursos para investir nas rodovias. A expectativa é de que governos estaduais e prefeituras vão receber R\$ 2 bilhões a mais de recursos por ano para aplicar na melhoria do sistema viário.